



QUEM GESTA A EDUCAÇÃO NO BRASIL: PERFIL LONGITUDINAL DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO

Valdocir Antonio Esquinsani – UPF

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani – UPF

CNPq/UPF/CAPES/MEC/INEP – Observatório da Educação 2010

Resumo: O estudo traça um perfil longitudinal dos ministros da educação no Brasil, identificando-os como gestores da educação em âmbito federal e lançando mão de uma pesquisa qualitativa baseada em dados do site do Ministério da Educação, cotejada com uma revisão bibliográfica. O texto foca em elementos periféricos sobre os ministros, elegendo questões de foro descritivo para delinear um panorama geral, deliberadamente carente de aprofundamentos temáticos ou recortes temporais. Metodologicamente os dados advindos do portal do MEC foram cotejados com outras fontes, servindo de base para a produção de uma tabela com os dados descritivos necessários ao traçado do perfil proposto. No desenvolvimento são apontados aspectos descritivos, incluindo rupturas e permanências envolvendo a nomeação de ministros. Conclui-se que não há um elemento de recorrência entre os ministros da educação no Brasil, que permita o desenho de um perfil similar para a maioria dos ocupantes do cargo. Não há condição ou lastro profissional no histórico dos ocupantes do cargo, que possa definir similaridades na escolha de quem gesta a educação no Brasil.

Palavras-chave: Gestão da educação. Ministério da educação. Perfil de ministro.

O estudo visa traçar um perfil longitudinal dos ministros da educação no Brasil, identificando-os como gestores da educação em âmbito federal e lançando mão de uma pesquisa qualitativa baseada em dados advindos do site do Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br> (acessado em 01 de fevereiro de 2012), cotejada com uma revisão bibliográfica temática. Trata-se da consolidação dos dados sobrevividos da primeira etapa de uma pesquisa acerca da gestão educacional como elemento de qualidade na educação pública.

O texto em tela centra o foco nos elementos periféricos sobre os ministros da educação no Brasil, ou seja, elege como estratégia de análise questões de foro descritivo, visando delinear um panorama geral, deliberadamente carente de aprofundamentos temáticos ou recortes temporais.

Sobre os procedimentos metodológicos parece pertinente esclarecer que os dados advindos do portal do Ministério da Educação foram cotejados com outras fontes

(notadamente sites e artigos científicos), servindo de base para a produção de uma tabela com os dados descritivos necessários ao traçado do perfil proposto.

Ainda quanto a metodologia, cumpre informar que alguns dados puderam ser compilados integralmente para a produção de tabelas e interpretações, é o caso do nome, naturalidade, status ocupado no cargo (interino ou titular), período de permanência no ministério e mandatos presidenciais correlatos. Outros dados, entretanto, não representam a informação correspondente a todos os ministros arrolados, pois há lacunas em relação a aspectos como a formação e a biografia de determinados ministros: 05 lacunas, no total, sendo em relação a 04 ministros interinos e 01 titular. Nesta direção, também importa esclarecer que foram considerados, para este traçado descritivo inicial, todos os ministros, incluindo os titulares e os interinos.

Como algumas informações encontram-se incompletas, elas apresentam apenas caráter ilustrativo e prospectivo. Já as informações completas, permitem traçar um perfil mais consistente. Isso explica a razão pela qual algumas informações, quando totalizadas, não correspondem aos 58 mandatos ou aos 54 ministros. Ao longo do texto o leitor será informado quando uma descrição apoiar-se em dados consolidados ou em ilustração/prospecção.

Elementos sobre gestão da educação

Nos limites da pesquisa em tela, é possível utilizar o cargo de ministro da educação no Brasil e gestor da educação em nível federal, como sinônimos. Por esta equiparação, é pertinente definir qual a concepção de gestão que conduz tal comparação.

A opção pelo uso do termo gestor da educação calca-se, inicialmente, em uma tentativa de “evidenciar os aspectos políticos inerentes aos processos decisórios” (ADRIÃO; CAMARGO, 2007, p. 68), bem como das possíveis implicações destes aspectos e da impossibilidade de sua imparcialidade.

A gestão, dentro dos limites deste texto, é entendida como “... o processo político-administrativo contextualizado, através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada” (BORDIGNON; GRACINDO, 2006, p. 147). Também constitui-se no lócus de articulação e organização das políticas educacionais, sendo ainda um dos espaços de construção das mesmas.

A gestão da educação está diretamente implicada com o conceito de administração, no sentido de constituir-se como lugar de tomada de decisão, organização e direção, (FERREIRA, 2006). Ainda de acordo com Ferreira...

Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização. É um termo que, historicamente, vem se afirmando no âmbito da administração da educação e no estudo das instituições e organizações, incluindo as educacionais, como sinônimo de administração, e que se “instala” no mundo pensante com um sentido mais dinâmico, traduzindo movimento, ação, mobilização, articulação (2006, p.170-171).

Sendo sinônimo de intenção e ação – antecedida e precedida pelo planejamento -, a gestão é “a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Neste sentido, é sinônimo de administração” (LIBÂNEO, 2004, p. 101).

Para elaboração do texto, partimos da concepção que a gestão se organiza em diferentes níveis, de acordo com a abrangência e complexidade das decisões tomadas e dos processos dinamizados. Tais níveis ou instâncias de tomada de decisão – portanto, de gestão - , não estão necessariamente atreladas a sistemas de ensino ou aos níveis de ensino preconizados pela Lei 9.394/96, mas relacionam-se diretamente aos espaços de tomada de decisões e a abrangência das mesmas.

Por esta ótica a gestão, em linhas gerais, organiza-se em três níveis: a gestão da Educação, cuja atuação ocorre em uma esfera mais abrangente, coordenando redes e sistemas de ensino; a gestão escolar, ou a gestão de estabelecimentos e unidades escolares e, por fim, a gestão da classe (ou da sala de aula), compreendida como a dinamização dos processos internos da sala de aula e/ou outros espaços escolares internos.

Em razão destes diferentes níveis, o Ministério da Educação – na perspectiva adotada pelo texto – é considerado como espaço de gestão educacional em nível federal e que, portanto, o seu ministro seria o responsável por capitanear e dinamizar processos de gestão sendo, grosso modo, quem ‘gesta a educação no Brasil’.

Aspectos descritivos

O Ministério da Educação foi criado em 14 de novembro de 1930 “com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua criação foi um dos primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, que havia tomado posse em 3 de novembro”

(<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/>, capturado em 02 de fevereiro de 2012).

Desde sua criação, o Ministério da Educação teve 54 ministros divididos em 58 mandatos, isto porque os ministros Francisco Luís da Silva Campos e Pedro Calmon Muniz de Bittencourt ocuparam o ministério por duas vezes em períodos distintos (respectivamente nos períodos de 06/12/30 a 31/08/31 e 02/12/31 a 15/09/32, e de 04/08/50 a 31/01/51 e 18/06/59 a 16/06/60). Além disso, o ministro Clóvis Salgado Gama ocupou o ministério por três períodos distintos, de 31/01/56 a 30/04/56; de 05/05/56 a 02/10/56, e de 05/11/56 a 17/06/59.

Apenas uma mulher ocupou a pasta da educação: Esther de Figueiredo Ferraz (São Paulo, 06 de fevereiro de 1915 – São Paulo, 23 de setembro de 2008), entre 24 de agosto de 1982 e 15 de março de 1985. Esther era bacharel em direito, além de licenciada em filosofia e, acredita-se pela observação dos elementos empíricos disponíveis, uma das poucas ocupantes do ministério a ter atuado como docente nos níveis iniciais de escolarização.

Dez ministros foram interinos, sendo que os ministros Guilherme Augusto Canedo de Magalhães, Eduardo Rios Filho e Favorino Bastos Mércio foram interinos em dois breves períodos distintos.

A maioria dos ministros é natural do estado de Minas Gerais, ainda que não tenhamos um ministro da educação mineiro desde 1966. Foram 15 ministros mineiros, equivalente a 28% do total de ministros até fevereiro de 2012, e um número também significativo de ministros baianos: 11 no total, perfazendo 20% dos ministros; que somados aos paulistas e aos sul-rio-grandenses (07 ministros naturais de cada um destes estados), representam a imensa maioria dos ministros da educação brasileiros. Ou seja, 74% dos ministros nasceram em um destes estados da federação.

Há que se destacar também a presença de um ministro nascido em Portland, Estado de Oregon, Estados Unidos. Trata-se do ministro Hugo Napoleão do Rego Neto, um dos cinco ministros que passaram pela pasta da educação no governo José Sarney (15/03/1985 a 15/03/1990), permanecendo como titular da mesma de 03 de novembro de 1987 a 16 de janeiro de 1989.

Ainda que o impacto político de um ministro nada tenha a ver com a região de sua procedência, é interessante observar que nunca tivemos, até aqui, um ministro da região centro-oeste. Dentre os ministros, 49% deles nasceram em um dos estados da região sudeste. Também chama atenção que apenas um ministro fosse natural da região norte (ainda que este

ministro tenha sido Jarbas Passarinho, de longevidade e alcance reconhecidos a frente do ministério).

No que tange a formação dos ministros, interessante observar que não foram localizadas informações sobre a formação inicial de cinco ministros portanto, tal informação é meramente ilustrativa. Dos ministros cuja formação inicial foi localizada na base de consultas estabelecida, vinte e sete (27) tinham, como primeira formação, o curso de direito, incluindo o primeiro ministro da educação, o mineiro Francisco Luís da Silva Campos (Dores do Indaiá, 18 de novembro de 1891 - Belo Horizonte, 1 de novembro de 1968). Independente da formação inicial dos cinco ministros cujo dado não foi localizado por esta pesquisa, é possível afirmar concretamente que 50% dos ministros (27 ministros em um total de 54) tinham formação inicial em direito.

O Ministério da Educação congregou a área da saúde até 1953, quando mudou a denominação para Ministério da Educação e Cultura. A sobreposição de áreas de atuação talvez explique a razão pela qual tivemos de 1930 a 1953, quatro médicos atuando como titulares da pasta. O primeiro ministro desta nova denominação foi o advogado baiano Antônio Balbino de Carvalho Filho (Barreiras, 22 de abril de 1912 - Rio de Janeiro, 5 de maio de 1992). Entretanto, após 1953, tivemos outros quatro médicos e um dentista atuando como ministros de estado da educação.

Dos dados ilustrativos coletados, é possível inferir que poucos foram os ministros com formação inicial vinculada a licenciaturas (apenas 04), sendo que alguns ministros apresentam situações peculiares referentes a sua formação, como uma formação plural, no caso do longevo Fernando Haddad (Bacharel em Direito, especialista em Direito Civil e economia política; Mestre em Economia, e Doutor em Filosofia); ou uma formação técnica e específica, como no caso do ministro Eraldo Tinoco Melo (Bacharel em Administração Pública), com uma breve passagem pelo ministério (04/08/92 a 01/10/92).

Outro dado observado diz respeito as instituições de formação inicial de cada um dos ministros. A título de ilustração, dos 49 ministros cujas informações sobre sua trajetória formativa estavam completas e localizadas em fontes confiáveis, 47 fizeram sua formação em Instituições de Ensino Superior públicas, e apenas 02 em IES privadas.

Também, como ilustração, é interessante observar que muitos ministros atuaram na pasta da educação e em outras pastas, no mesmo ou em outro governo. Exemplo singular vem do icônico Jarbas Passarinho. Além do ministério da educação no governo Médici, o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho (Xapuri/AC, 11 de janeiro de 1920) ocupou as seguintes pastas: Trabalho e Previdência Social, no governo de Arthur da Costa e Silva; Previdência

Social, com o general João Batista Figueiredo, e Justiça, no governo de Fernando Collor de Mello.

Além de Jarbas Passarinho, o atual ministro Aloízio Mercadante também ocupou o cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia, entre 03 de janeiro de 2011 e 24 de janeiro de 2012 e Tarso Fernando Herz Genro atuou como ministro da educação entre 27 de janeiro de 2004 e 29 de julho de 2005, sendo posteriormente nomeado ministro da justiça, de 16 de março de 2007 a 10 de fevereiro de 2010, só para citar os exemplos mais recentes.

Alterações e permanência no Ministério da Educação

No que se refere a estabilidade dos ministros no cargo - e há informações consolidadas sobre este dado -, temos um conjunto de situações variadas. Os ministros mais longevos foram, respectivamente, Gustavo Capanema, mineiro de Pintanguí que ficou 11 anos no cargo (de 23/07/34 a 30/10/45), seguido por Paulo Renato Souza, que ficou 08 anos no Ministério da Educação (de 01/01/95 a 01/01/2003) e Fernando Haddad, que ficou quase seis anos e meio a frente do ministério (de 29/07/2005 a 24/01/2012).

A constância de Capanema pode ser explicada no contexto do regime varguista do Estado Novo. Em situação diametral, a constância de Paulo Renato Souza e Fernando Haddad está relacionada com a estabilidade e permanência política que o país vem experimentando desde 1995.

Já entre os ministros que ocuparam o cargo por um tempo exíguo, temos duas situações: entre os interinos, o que permaneceu menos tempo à frente do ministério foi José Pedro Ferreira da Costa, de 17/06/60 a 24/06/60 (oito dias). Já entre os ministros titulares, a passagem mais concisa pertenceu a Luís Antônio da Gama e Silva, que ficou apenas dez dias, de 06/04/64 a 15/04/64, entrou e saiu do ministério juntamente com o breve mandato presidencial de Paschoal Ranieri Mazzilli (02/04/1964 a 15/04/1964) no contexto da solidificação política do Golpe de 1964.

Entretanto, é inquietante a rapidez com que alguns ministros foram trocados. A título de exemplo Darcy Ribeiro (Montes Claros, 26 de outubro de 1922 - Brasília, 17 de fevereiro de 1997), um dos ministros mais conhecidos pela extensão de seu trabalho para além do cargo no ministério, ficou apenas quatro meses e cinco dias respondendo pela pasta da educação. Outro exemplo intrigante são os dois meses e sete dias que o mineiro Abgar de Castro Araújo Renault foi ministro da educação (24/11/55 a 31/01/56), uma vez que o mesmo é um dos

poucos que ostenta em seu currículo a marca de estudos voltados prioritariamente para o campo da educação, sendo pedagogo de segunda formação.

Em um desenho panorâmico, fica claro que momentos de instabilidade política geraram trocas rápidas de ministros. Para ilustrar a assertiva, há o exemplo do período compreendido entre a posse do presidente Jânio Quadros (01 de janeiro de 1961), até o golpe militar de 1964. Neste período de pouco mais de três anos, passaram pela pasta da educação nada menos que sete ministros, uma média matemática puramente ilustrativa de 05 (cinco) meses de mandato para cada um.

Mas há exceções a possível regra instabilidade/estabilidade. Juscelino Kubitschek (31/01/1956 a 31/01/1961) foi o presidente que mais trocou de ministros em sua administração: foram sete trocas em um hiato temporal de cinco anos, incluindo a permanência de Nereu de Oliveira Ramos à frente do ministério durante um mês em 1956. O mesmo Nereu Ramos que, aliás, havia precedido Juscelino na Presidência da República (de 11/11/1955 a 31/01/1956).

Na contramão das decisões de frequente substituição tomadas por Juscelino, alguns presidentes foram fiéis aos seus ministros da educação: Getúlio Vargas (20/07/1934 a 10/11/1937 e 10/11/1937 a 29/10/1945) manteve Gustavo Capanema ao seu lado, de 23/07/34 a 30/10/45. Em outro contexto de estado de exceção, Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974) manteve Jarbas Gonçalves Passarinho como Ministro da Educação de 03/11/69 a 15/03/74.

Mais recentemente e em contextos de democracia política, Murilo de Avellar Hingel e Paulo Renato Souza entraram e saíram da pasta da educação junto com os presidentes que os nomearam, respectivamente Itamar Franco (02/10/1992 a 01/01/1995) e Fernando Henrique Cardoso (01/01/95 a 01/01/2003). Nos dois exemplos expressos, temos um critério singular para a escolha e permanência do ministro, materializado nas “vinculações pessoais desses titulares com o presidente da República” (GARCIA, 1999, p.228).

Outros presidentes também mantiveram ao seu lado, durante toda sua permanência à frente da Presidência da República, os ministros da educação. Entretanto foram presidentes que ficaram pouco tempo no poder sendo, portanto, difícil avaliar se, em um mandato mais longo, permaneceriam com aqueles mesmos ministros.

Ainda sobre o assunto, é pertinente afirmar que, a partir de meados da década de 1990, houve uma relativa perenidade de ministros no cargo. De 1995 a 2012, passaram pela pasta apenas cinco ministros, perfazendo uma média matemática de 3,4 anos de mandato para cada

um. Processo inverso ocorre no período anterior, foram 49 ministros e 53 mandatos em 65 anos, perfazendo uma média matemática meramente ilustrativa de 1,2 anos de mandato.

Aliás, a constante troca de ministros em determinados períodos já foi objeto de estudos interessantes, em especial com relação ao impacto desta inconstância nas políticas, ações e resultados para a gestão da educação brasileira. Exemplarmente Braga, em meados da década de 1980, ao falar sobre o MEC e a alta rotatividade dos ocupantes dos seus cargos o que, na visão do autor, impedia a continuidade administrativa e comprometia a seriedade de sua programação de trabalho, salientava o efeito predatório que as constantes alterações na agenda de trabalho do órgão administrativo da educação tinha sobre a educação como um todo, “...dilacerando suas ações, pulverizando seus recursos, dando violento tom de precariedade aos seus programas e projetos”(BRAGA, 1984, p. 92), o que acabava por gerar uma certa consequência natural por parte das escolas, que seria “[...]a indiferença e a apatia com que recebem, ciclicamente as inovações oriundas do MEC [...]” (idem), pois, pergunta Braga, “[...] que credibilidade pode ter uma proposta de ação cuja vida média vai se igualar a das mariposas?” (BRAGA, 1984, p. 92).

Neste sentido,

A alta rotatividade no comando da política educativa nacional trouxe como consequência a pouca valorização do posto maior da gestão educativa, principalmente nas últimas décadas. No vaivém das composições políticas, a Educação acabou sendo relegada à condição de moeda de compensação para alguém esquecido ou que aderiu de última hora ao grupo hegemônico. Exemplos desses arranjos não faltam na crônica brasileira... (GARCIA, 1999, p.228).

Assim, a alta rotatividade no Ministério da Educação em determinados contextos históricos, facilitou a criação de uma aura de passagem, transitoriedade. Estar ministro da educação não significaria, necessariamente e nesses contextos de rápidas mudanças, ter tempo hábil para colocar em prática um projeto de condução da educação nacional. Sem este tempo hábil é possível – e aqui entra o viés puramente especulativo – que alguns ministros, por melhores intenções que possuíssem, não conseguiram deixar a sua marca ao ocupar o cargo.

Conclusões:

Sintetizando o perfil descritivo traçado no decorrer do estudo, chama atenção a presença de 50% de ministros cuja formação inicial se deu como bacharéis em direito. Esta singularidade pode sinalizar que as escolhas para o cargo tem tido, ao longo da história, um forte lastro político.

Ainda que não tenha sido possível mapear seguramente a formação de todos os ocupantes da pasta, as singularidades de suas formações acadêmicas são perceptíveis também a partir de outros indexadores, como por exemplo: dos 49 ministros cuja formação pode ser mapeada por esta pesquisa, apenas 08% tiveram sua formação inicial em alguma licenciatura. Também mostra-se singular a informação que apenas dois ministros foram egressos de instituições privadas de ensino superior.

Mas o que mais chama a atenção quando empenhamo-nos na tentativa de traçar o perfil dos ministros da educação é que não há - em um olhar descritivo a partir de informações periféricas -, um elemento de recorrência entre os ministros da educação no Brasil, que permita o desenho de um perfil similar para a maioria dos ocupantes do cargo. Uma das poucas recorrências na maioria dos ministros versa sobre o envolvimento e experiência dos mesmos junto ao ensino superior, acumulando cargos de professores, coordenadores e mesmo reitores de Instituições de Ensino Superior.

Também é palpável – e quantificável -, a pouca presença feminina à frente do ministério. Em oitenta e dois anos de história, o Ministério da Educação foi comandado apenas uma vez por uma mulher.

Outro elemento que perfilha uma condição ou regra (com a exceção descrita no corpo do texto), diz respeito a intensa troca de ministros em períodos de instabilidade política e a relativa permanência dos mesmos em momentos estáveis.

Assim, em relação ao perfil dos ministros da educação até este momento, não seria temerário afirmar que não há nenhuma condição ou lastro profissional/intelectual no histórico dos ocupantes do cargo, que possa definir elementos técnicos como fatores de escolha para quem gesta a educação no Brasil. Alguns tinham ampla experiência no campo da educação. Outros, entretanto, apresentavam formação acadêmica e trajetória profissional tão discrepante, que seria necessário um pormenorizado estudo sobre cada caso na tentativa de responder qual a perspectiva técnica de escolha para que tais sujeitos ocupassem o cargo.

A começar pelo primeiro ministro a ocupar o cargo, Francisco Campos, pois “sua nomeação foi uma compensação do governo federal a Minas pela participação na Revolução de 1930, mas resultou também da pressão de setores conservadores da Igreja Católica, liderados por Alceu Amoroso Lima” (<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/>, capturado em 02 de fevereiro de 2012). Assim, seja a partir de acordos políticos; escolhas pessoais do chefe do executivo; pressões de grupos sociais e mesmo critérios técnicos, as razões que levaram a escolha dos

ministros da educação no Brasil podem ser tão variadas e díspares, que seria difícil definir qual a condição essencial para que alguém possa ascender a este cargo.

Por fim, ressaltamos que o texto é deliberadamente carente de aprofundamentos temáticos ou recortes temporais específicos, não foi nossa intenção encorpar análises sobre a troca de ministros ou o alcance da formação acadêmica de cada um deles. Tampouco nos dedicamos a tecer reflexões sobre a relação entre sucessores e antecessores; ou características recorrentes em ministros de um mesmo recorte temporal. Tais tarefas são, em nosso entendimento, passíveis de investigações futuras e demandariam, seguramente, outra estrutura argumentativa que o texto em tela não comporta.

Concluimos que não há um elemento de recorrência entre os ministros da educação no Brasil, que permita o desenho de um perfil similar para a maioria dos ocupantes do cargo. Não há condição ou lastro profissional no histórico dos ocupantes do cargo, que possa definir similaridades na escolha de quem gesta a educação no Brasil.

Assim, sublinhamos que o texto visava traçar um perfil longitudinal dos ministros da educação no Brasil, centrando foco em elementos periféricos ou descritivos, na pretensão que o texto sirva de base para novos recortes, aprofundamentos ou perfis, objetivando responder satisfatória e pontualmente a questão: quem gesta a educação no Brasil?

Referências

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. de O.; ADRIÃO, T. (orgs). *Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. 2º ed. São Paulo: Ed. Xamã, 2007.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 147-176.

BRAGA, Ronald. O MEC e o Poder. *Educação Brasileira – CRUB: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*. V. 6. no. 13 – 2o. semestre de 1984. Brasília, 1984.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FERREIRA, N. S. C. . Gestão Democrática da Educação na Formação do Profissional da Educação. In: FERREIRA, N. S. C. . (Org.). *Políticas públicas e Gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises*. 1 ed. Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2006, p. 157-176.

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e Gestão Escolar: Teoria e Prática*. Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª edição, 2004. 319p.

GARCIA, Walter. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA REALIDADE À FANTASIA. Cadernos de Pesquisa, nº 107, julho/1999, p. 227-245.

Fontes

Site: <http://portal.mec.gov.br>

Site: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/d.html>

Site: <http://cpdoc.fgv.br>